

TERMO DE REFERÊNCIA

Nome do Projeto	Projeto Capacidades de construção para recuperação resiliente - Fase 2 (DRRII)
Posição	Consultoria Nacional- Preparação de uma Estratégia Nacional de Comunicação para Gestão de Riscos de Desastres
Tipo de consultoria	Consultoria nacional
Escritório	UNDP Office Cabo Verde, portfolio de Energia, Ambiente e Mudanças Climáticas dos Escritórios
Local de trabalho	Praia (Santiago)
Tipo de contrato	Contrato individual
Data de início prevista	Março de 2019
Data de término prevista	Junho de 2019
Duração da consultoria	35 dias de trabalho

I. Enquadramento

Cabo Verde como um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), de origem vulcânica, localizado na região árida/semiárida e subtropical do Sahel, tem um perfil de risco determinado como vulnerável. O impacto das mudanças climáticas, degradação ambiental e desastres (especialmente erupções vulcânicas, inundações, epidemias, pragas e secas), tem um peso significativo na economia do país, bastante dependente do turismo e aumenta o grau de vulnerabilidade dos meios de subsistência e ativos das pessoas pobres. O crescimento urbano rápido e com o défice de planeamento, resultando no desenvolvimento e ocupação das zonas costeiras e bairros informais, aumenta ainda mais a exposição aos riscos de desastres e agrava a pobreza urbana, aumentando, desta forma, a vulnerabilidade socioeconómica.

O estudo das lições aprendidas sobre os processos de recuperação após a erupção vulcânica do Pico de Fogo (2014-2015) e as cheias de São Miguel (2013) expuseram alguns dos principais desafios e deficiências na gestão e na implementação da recuperação pós-desastre. O estudo foi realizado com vista a identificar as vantagens e limitações das práticas de gestão correntes com o objetivo de informar o desenvolvimento da estratégia nacional de redução de riscos de desastres (ENRRD) e em especial do quadro nacional de recuperação pós-desastre.

Entre as principais constatações do estudo destacam-se: a predominância da gestão através de mecanismos e procedimentos ad-hoc do processo de recuperação e lentidão associada; a falta de liderança institucional efetiva na gestão e tomada de decisões; a deficiente coordenação entre os setores e as diversas partes interessadas; a falta de definição clara dos papéis e responsabilidades dos vários atores; a forte centralização do processo e a ausência de mecanismos que facilitem a participação efetiva das comunidades afetadas; o limitado envolvimento das instituições locais nos processos de planeamento, tomada de decisões e implementação efetiva.

A principal lição aprendida com a revisão dos processos prévios de recuperação aponta para a necessidade de reforçar a preparação para planear e gerir as complexidades desta fase de uma forma criteriosa e serena que permita atender às múltiplas necessidades, gerir as pressões multidimensionais e aproveitar a oportunidade para reforçar a resiliência perante os riscos, reorientado as comunidades para uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a principal recomendação indica a necessidade do reforço do quadro institucional, destacando-se a elaboração de um Quadro de Recuperação Pós-

Desastre como um ponto de partida do processo de desenvolvimento de capacidades e reforço da preparação para a gestão da recuperação.

O quadro de recuperação projeta-se como um instrumento orientador que forneça diretrizes para um planeamento informado e abrangente, específico a cada processo de recuperação e para uma gestão participativa, transparente e eficiente de todas as fases e programas de recuperação, reconstrução e reabilitação. O Quadro Nacional aqui apresentado é projetado para corrigir as lacunas identificadas e responder à necessidade de um marco orientador.

Nesse sentido, Cabo Verde foi contemplado no âmbito de um projeto regional com o financiamento do UNDP em parceria do LuxDevelopment para implementação do projeto “**Capacidades de construção para recuperação resiliente - Fase 2**” que almeja preparar os governos Locais e Nacional para gerir futuros processos de recuperação de uma forma eficaz, sustentável e inclusiva, reforçando capacidade e sistemas para uma melhor planificação, gestão de processos de recuperação, por forma a aumentar a resiliência do país e das comunidades perante a ocorrência de desastres e do rápido retorno para um desenvolvimento sustentável.

O projeto centrar-se-á na preparação para a recuperação a nível local e nacional e terá quatro resultados principais:

- Produto 1. Estruturas políticas, institucionais e financeiras fortalecidas para planear e implementar processos de recuperação sustentáveis;
- Produto 2. Capacidades técnicas aprimoradas no planeamento e implementação da recuperação, incluindo a realização de avaliações de necessidades pós-desastres e o desenvolvimento de estruturas de recuperação;
- Produto 3. Capacidades nacionais e locais aprimoradas para implementar a recuperação sustentável ao nível comunitário;
- Produto 4. Sistematização do conhecimento e inovação tecnológica para a gestão de recuperação.

Enquadrado numa das componentes do Projeto, para efetivação dos resultados definidos, a comunicação é um elemento chave para a sua implementação e disseminação de resultados, por forma a ampliar a capacidade de interlocução e melhorar difusão de ações sobre os desastres, com equipas internas e parceiros externos, quer locais, quer nacionais, por forma a garantir uma melhor articulação com as importantes instituições comprometidas com o processo de desastres.

E sendo a comunicação um fator decisivo para garantir a sustentabilidade institucional, sensibilizar a sociedade e fortalecer o conhecimento dos domínios de desastres, torna-se crucial e essencial ter uma Estratégia Nacional de Comunicação para Desastres eficaz e adequada à realidade nacional.

II. Alvo da consultoria

Desenvolver uma Estratégia Nacional de Comunicação para Desastres para o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB), para aumentar a conscientização, compreensão e conhecimento relativo a Recuperação após Desastres, Emergências, redução do risco de desastres, recuperação resiliente para as diferentes partes interessadas e intervenientes, nomeadamente, agentes da proteção civil, serviços governamentais a nível local e sectorial, setor privado e sociedade civil.

Preparar um plano de ação detalhado para comunicação e visibilidade do projeto “Capacidades de construção para recuperação resiliente - Fase 2” como parte integrante da estratégia.

Preparar um plano de seguimento e avaliação para a estratégia Nacional de comunicação para Desastres e e preparar um orçamento detalhado para a implementação do plano de trabalho de um ano;

III. Responsabilidades e tarefas

No âmbito dos alvos acima descritos, o consultor terá as seguintes responsabilidades e tarefas para assumir e desenvolver:

- ⇒ Ter encontros iniciais com o pessoal de PNUD-CO e SNPCB/UGP com objetivo de recolher subsídios para a definição da metodologia e do plano de trabalho para a consultoria;
- ⇒ Na base dos subsídios recebidos nos encontros iniciais, elaborar e entregar ao PNUD-CO e SNPCB/UGP uma proposta metodológica e plano de trabalho;
- ⇒ Finalizar a proposta metodológica e plano de trabalho conforme os feedbacks recebidos, após a revisão dos atores institucionais;
- ⇒ Desenvolver um diagnóstico para comunicação, analisar detalhadamente todas as variáveis internas e externas associadas à comunicação para desastres, nomeadamente:
 - a) Estrutura e caracterização do SNPCB e partes interessadas: história, missão, valores, parceiros estratégicos, visão geral, processos internos e planos futuros;
 - b) Público alvo: quem são, quais os perfis, os seus hábitos e motivações de comportamentos;
 - c) Mensagens: caracterização, qual o papel nos resultados da empresa, as vantagens comparativas em termos de oferta de valor, as inovações e as políticas
 - d) Comunicações e Relações Públicas: historial das campanhas, os resultados esperados, nível de eficácia e os resultados obtidos.
 - e) Mapeamento e análise de abordagens de comunicação feitas por outros projetos comparáveis e estabelecer os aprendizados existentes (Examinar os materiais impressos e digitais existentes para determinar quais mensagens explícitas e implícitas estão sendo enviadas)
- ⇒ Definição dos públicos alvos e como alcançá-los sendo como uma das etapas mais importantes no desenvolvimento da estratégia de comunicação. Deve considerar os potenciais intervenientes, os decisores (as pessoas que podem iniciar o processo de decisão a nível local e nacional mesmo que não tomem a decisão final) e os influenciadores (os líderes de opinião que têm influência direta sobre o processo de decisão). É igualmente importante definir o segmento e dimensão dos alvos e as metas atingir, tendo em conta com fatores demográficos, sociais e económicos.
- ⇒ Definição e estabelecimento dos objetivos de comunicação que devem ser coerentes com a Políticas, Planos e programas Nacionais do SNPCB relativamente à gestão de riscos de desastres;
- ⇒ Definição da mensagens-chave para a estratégia;
- ⇒ Desenvolver uma estratégia de 5 anos com os objetivos, os eixos de comunicação com resultados claros, marcos, orçamentos mídia a ser usada e responsabilidades;
- ⇒ Desenvolver um plano de ação detalhado para comunicação e visibilidade do projeto “Capacidades de construção para recuperação resiliente - Fase 2” como parte integrante da estratégia com resultados claros, marcos, orçamentos mídia a ser usada e responsabilidades;
- ⇒ Desenvolver um plano de seguimento e avaliação para a estratégia Nacional de comunicação para

Desastres e e preparar um orçamento detalhado para a implementação do plano de trabalho de um ano;

⇒ Estabelecer os procedimento e cronologia de como implementar as atividades da estratégia de comunicação, do Plano de ação e Plano de seguimento;

⇒ Elaborar os relatórios regulares sobre atividades desenvolvidas.

Neste âmbito é relevante também, que a Estratégia de Comunicação da presente iniciativa seja coordenada com o Gabinete do Ministério da administração Interna (Assessoria de Comunicação) e o Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo.

IV. Produtos e entregas esperados

Produtos	Duração estimada para o completamento	Numero de das de trabalho previsto	Submetido para, e aprovado por	Programa de pagamentos
Apos a assinatura do contrato				20% do montante do contrato
Aprovação da metodologia e do plano de trabalho.	No máximo de 5 dias após da assinatura do contrato.	5 dias	PNUD-CO e SNPCB	20% do montante do contrato
Relatório preliminar dos avanços da consultoria (atividades realizadas) com os conteúdos elaborados.	No máximo de 15 dias após da aprovação da metodologia e do plano de actividades pelo PNUD-CO e SNPCB.	15 dias	PNUD-CO e SNPCB	20% do montante do contrato
Relatório final das atividades realizadas no âmbito desta consultoria) - O documento final da estratégia de comunicação; - Preparar um plano de ação detalhado para comunicação e visibilidade do projeto “Capacidades de construção para recuperação resiliente - Fase 2” como parte integrante da estratégia; - Plano de seguimento e avaliação e seus instrumentos para a estratégia Nacional de comunicação para Desastres	No máximo de 15 dias após de ter recebido os feedbacks pela PNUD-CO, SNPCB, relativamente aos primeiros esboços dos estudos.	15 dias	PNUD-CO e SNPCB	40% do montante do contrato

O PNUD-CO e a SNPCB/UGP comprometem-se em proceder aos devidos comentários e eventuais pedidos de alteração aos entregáveis da consultoria, ou a confirmar a sua aprovação/aceitação, num prazo de duas semanas após a entrega de cada produto.



Todos os resultados dos serviços contratados, incluindo documentação original, especificações, programas compilados e fontes, bases de dados, arquivos, tabelas, gráficos, memórias de cálculo, e todas as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do objeto contratado serão de propriedade do SNPCB.

V. Arranjos Institucionais

- a. O consultor trabalhará sob a supervisão direta da chefe do portfolio de Energia, Ambiente e Mudanças Climáticas dos Escritórios do PNUD Cabo Verde e em estreita colaboração com o Serviço Nacional de Proteção civil e Bombeiros / Unidade de Coordenação Nacional do Projeto;
- b. As instituições com que o consultor deverá interagir incluem: Gabinete do Ministério da administração Interna (Assessoria de Comunicação), Direção Nacional do Ambiente, Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo, Instituto Nacional de Gestão do território, Universidade de Cabo Verde, Associação nacional do Municípios, Direção Nacional do Plano, Câmaras Municipais, ONG's.

VI. Duração e lugar de trabalho

A consultoria começará em Março de 2019, e será completada em Junho de 2019, precisando dum total de 35 dias de trabalho, num prazo de contrato de 3 meses. O lugar de trabalho será a cidade da Praia, ilha de Santiago.

VII. Perfil do/a consultor/a

a) Habilitações Académicas

- Habilitação académica mínimas de Licenciatura em Comunicação, Jornalismo, Marketing ou outras habilitações explicitamente relacionadas à área de Comunicação;

b). Experiencia profissional

Serão consideradas importantes as seguintes habilidades e experiencias profissionais:

- Experiencia profissional de pelo menos 10 anos, de preferência em Cabo Verde no domínio da Comunicação, Jornalismo, Marketing ou outras habilitações explicitamente relacionadas à área de Comunicação;
- 5 anos de Experiência profissional em comunicação institucional;
- Experiência comprovada no desenvolvimento de estratégias de comunicação, realização de análise de necessidades e diagnostico de comunicação e desenvolvimento estratégico;
- Experiência na gestão de atividades de comunicação;
- Experiencias na gestão/participação em equipas de trabalho em processos de planeamento;
- Ter fortes habilidades organizacionais, analíticas e de planeamento;
- Ter um bom conhecimento do contexto sociopolítico e cultural Nacional e do panorama dos Mídias;
- Ter experiência em trabalhar com governos, doadores, sociedade civil e mídia;
- Ser orientado para os resultados, criativo, confiante e proactivo, capaz de trabalhar de forma independente;
- Experiências anteriores com projetos financiados pelo PNUD é um valor acrescentado.
- Boa capacidade de comunicação interpessoal e de trabalho em equipa.

c) Língua

- Excelente conhecimento de Português falado e escrito. O conhecimento de inglês ou francês serão uma vantagem

VIII. Proposta financeira

A proposta financeira deve especificar um montante global. Para a avaliação e comparação das propostas financeiras, as mesmas deverão incluir a repartição do montante total associado à execução da consultoria, incluindo os honorários, impostos, custos de comunicação, etc.

Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo PNUD-CO em concertação estreita com a SNPCB/UGP.

IX. Candidaturas

As candidaturas deverão ser enviadas até o dia 22 de Março de 2019, 16H30 (horas de Cabo Verde), com referencia **Consultoria Nacional- Preparação de uma Estratégia Nacional de Comunicação para Gestão de Riscos de Desastres** para o seguinte email: procurement.cv@cv.io.un.org

As propostas deverão conter:

- Carta de manifestação de interesse e disponibilidade imediata, de acordo com o template em anexo;
- Curriculum Vitae e formulário P11 (template em anexo), indicando a experiência profissional prévia em funções similares, qualificações académicas, contactos pessoais e três referências profissionais;
- Proposta técnica e financeira, de acordo com as indicações contidas neste TdR.

X. Critérios de avaliação

Será utilizado o método de pontuação combinada – no qual a proposta técnica será ponderada com um máximo de 70%, combinando-se com a proposta financeira, que será ponderada até um máximo de 30%. Avaliação Técnica: só os candidatos com um máximo de 70% do total de pontos indicados para a avaliação técnica serão considerados elegíveis tecnicamente e passarão à fase de avaliação financeira.

Avaliação Financeira: o numero máximo de pontos será atribuído à oferta mais baixa. As restantes ofertas receberão a pontuação em proporção inversa, calculada como proporção da proposta mais baixa entre as candidaturas tecnicamente qualificadas.

Critérios de seleção	Peso	Pontuação máxima
Avaliação Técnica		70 pontos
Habilitação académica de licenciatura em Comunicação, Jornalismo, Marketing ou outras habilitações explicitamente relacionadas à área de Comunicação	70%	15 pontos
Experiencia profissional de pelo menos 10 anos de experiencia, de preferência em Cabo Verde no domínio da Comunicação, Jornalismo, Marketing ou outras habilitações explicitamente relacionadas à área de Comunicação		15 pontos
5 anos de Experiência profissional em comunicação institucional;		15 pontos
Experiência comprovada no desenvolvimento de estratégias de comunicação, realização de análise de necessidades e diagnostico de comunicação e desenvolvimento estratégico;		12 pontos
Experiência na gestão de atividades de comunicação		5 pontos
Ter experiência em trabalhar com governos, doadores, sociedade civil e mídia		5 pontos
Experiências anteriores com projetos financiados pelo PNUD, será considerada uma mais valia		3 pontos
Proposta financeira		30%

A Comissão de Avaliação recomendará a adjudicação da oferta que tenha a maior pontuação combinada.



As propostas não identificadas corretamente e os dossiers incompletos serão excluídos.

Quaisquer pedidos de esclarecimento devem ser enviados, por escrito, para o endereço eletrônico humanresources.cv@cv.jo.un.org que irá responder por escrito ou por correio eletrônico e enviará cópias escritas da resposta, incluindo uma explicação sobre a consulta sem identificar a fonte de consulta, a todos os consultores.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Benchimol'.

This TOR is approved by:

Signature

Name and Designation

Maria Celeste Benchimol – Program Specialist
Energy, Environment and Climate Change Portfolio

Date of Signing

8/3/2019

ANEXO – Esquema do documento da estratégia.

A estratégia de comunicação deve ter pelo menos os seguintes componentes:

- a) Contexto (seção curta)
- b) Contexto Institucional (seção curta)
- c) O objetivo da estratégia (seção curta)
- d) Mensagens chave alinhadas com os objetivos globais do SNPCB (e onde for possível com as Políticas, Plano e programas Nacional) (seção curta)
- e) A abordagem conceitual (seção detalhada)
- f) Públicos alvo bem definidos, (seção detalhada) - Mapeamento de todas as organizações e empreendimentos, relevantes. O inventário deve incluir uma lista descritiva das seguintes tipologias de atores:
 - i. Entidades públicas;
 - ii. Organizações não governamentais;
 - iii. Associações sectoriais;
 - iv. Privados que têm interesses relacionados aos desastres, como os operadores económicos, etc;
- g) Posicionamento: abordagem de comunicação sugerida e produtos;
- h) Conhecimento: Abordagem de comunicação sugerida e produtos para apoiar o compartilhamento de conhecimento;
- i) Conscientização: Abordagem e produtos de comunicação sugeridos (incluindo recursos, visitas à imprensa, troca de interessados, vídeos, etc.);
- j) Abordagem e canais de Comunicação de Crise: Abordagem sugerida para a comunicação de crise (incluindo avaliação de riscos, respostas, emergência e recuperação, material de comunicação, fichas técnicas e questões críticas);
- k) Audiências (seção detalhada);
- l) Plano de trabalho de atividades e produtos que serão produzidos de acordo com a abordagem conceitual da estratégia nacional de comunicação (incluindo recomendações sobre se devem ser produzidos internamente ou por consultores); Orçamento para cada atividade e produtos; Agenda para o desenvolvimento das atividades e indicadores para medir o progresso da implementação. (seção muito detalhada)
- m) Anexo com guia de exemplos